

Renegociação ainda demora

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Três meses depois da moratória, o governo acha que precisa de mais uns 45 a 60 dias para começar a renegociação da dívida externa brasileira com os bancos internacionais. Nesses dois meses, o Ministério da Fazenda vai apresentar seu plano econômico interno, para avaliação dos credores, e esperar o resultado das missões do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Para assessores da Presidência da República, as observações dos técnicos desses dois organismos internacionais vão dar ao governo brasileiro uma idéia das dificuldades que devem ser esperadas na negociação com os bancos.

O secretário de Imprensa da Presidência, Frota Neto, diz que a moratória cumpriu e continua a cumprir seus objetivos "restritos", de aliviar o sufoco no nível das reservas brasileiras, e evitar o estrangulamento da economia a partir do momento em que o País se visse em condições de manter suas importações. A moratória continua a ser necessária, diz Frota, mas evitou fazer qualquer "comemoração" pelos três meses da moratória, e fez questão de reafirmar que "a suspensão dos pagamentos não

teve qualquer conotação de pressão política sobre os credores".

"Apesar da moratória, os credores tiveram tempo de refletir nesse período, o que permitiu a cristalização do consenso hoje internacional, de que é possível resolver os problemas dos países endividados sem abrir mão do crescimento econômico", afirmou o porta-voz do presidente Sarney. Frota Neto garantiu ainda que a mudança do ministro da Fazenda não alterou as posições de princípio do governo brasileiro na renegociação: lutar por um acordo plurianual, que estabeleça as fontes de financiamento externo da economia brasileira por um período mínimo de quatro anos.

PLANO INTERNO

No plano interno, Frota Neto afirma que a definição do mandato do presidente Sarney, a partir da iniciativa do próprio presidente vai permitir que seja feito um novo esforço para um entendimento entre patrões e empregados em torno de preços e salários, indispensável para o combate à inflação, e para embasar a renegociação da dívida externa. Esse entendimento de acordo com o porta-voz deve ter a participação dos partidos políticos, patrões e empregados.